

**Audição na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades
Portuguesas da Assembleia da República**

19 de Julho de 2016

Missão da ASDP é a defesa da **dignidade da Carreira diplomática** e da garantia das **condições de trabalho e de qualidade de vida** dos diplomatas portugueses e suas famílias. E tem a ASDP em mente, não só uma defesa de meros interesses corporativos, como a contribuição que puder dar para medidas que garantam a **modernização** da Carreira, nos métodos e em vista de uma maior eficácia de acção, na defesa – é essa a sua missão – da soberania e da independência e dos interesses do País e dos seus cidadãos.

A Associação acompanha com preocupação a **desvalorização do ofício diplomático**, porém elemento básico da atividade externa do Estado, refletida nas sucessivas reduções do “peso” do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) no OE e na contínua **degradação das condições profissionais da Carreira**. Essas reduções têm afectado profundamente o seu funcionamento e comportam o risco de condicionar, de forma gravosa, a execução da política externa portuguesa. Num paradoxo entre as **prioridades definidas e os meios disponibilizados**, a escassez de meios que afecta quer a rede externa quer os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros prejudica a cabal representação, defesa e promoção dos interesses nacionais, no plano das relações bilaterais e nas instâncias multilaterais.

O **concurso de admissão** à Carreira Diplomática é o mais exigente de toda a Administração Pública, numa carreira exercida, enquanto **corpo de Estado**, em **absoluta exclusividade** – de facto **dupla exclusividade**. E com **neutralidade política**.

A ASDP acompanha com grande apreensão a **desvalorização da diplomacia** enquanto elemento fundamental da actividade do Estado, tendência contraditória com a importância das diversas áreas que à mesma compete acompanhar e salvaguardar. **No caso dos diplomatas portugueses, o discurso da prioridade atribuída à política externa e do reforço da meritocracia não tem correspondido à realidade.** O escasso peso relativo do MNE no OGE viu-se diminuído para metade ao longo dos últimos anos. Em 2001, pesava 1.2%, em 2005, 0.8%, em 2012, 0.7%, em 2015, 0.6%. O orçamento do MNE passou de MEUR 343 em 2002 para 200 MEUR em 2014 – uma redução de 42% sem contar com a inflação. Não se deve a cortes gerais na despesa do Estado, pois no mesmo período o peso do MNE no OE desceu de 1.2% para 0.6%.

Detendo currículos e competências de reconhecida qualidade na Administração Pública Portuguesa, o seu reconhecimento tem estado aquém do expectável. Como exemplos desta situação, verifica-se a persistência de uma **agenda mediática demagógica** visando a erosão do prestígio da Carreira Diplomática, bem como de remunerações desfasadas face a outros corpos especiais do Estado. Estes factores são susceptíveis de demover os profissionais com perfil adequado e as melhores qualificações, de ingressarem na Carreira Diplomática, com consequências negativas para a defesa dos interesses nacionais.

A ASDP considera prioritário assegurar as **condições necessárias para o bom funcionamento das missões diplomáticas**, dotando-as de meios necessários ao eficaz cumprimento da sua missão. Neste sentido, manifesta preocupação relativamente à existência de embaixadas com 1 só diplomata (o Chefe de Missão) – e sem apoio suplementar. Porque se **fragiliza a ação externa**. A **redução da presença externa** não só afeta a imagem do país a médio e longo prazo, como compromete a defesa do interesse nacional.

A ASDP considera assim prioritário assegurar as condições necessárias para o bom funcionamento das missões diplomáticas portuguesas, que devem ser dotadas com um **quadro diplomático, técnico e administrativo** adequado à importância e abrangência das funções que são chamadas a desempenhar, nas vertentes político-diplomática, económica, cultural, consular, comercial e de cooperação.

A **rede consular**, subdimensionada, está fortemente condicionada para acompanhar apropriadamente as comunidades portuguesas, que enquanto interface entre o Estado e o cidadão, quer na importância cultural, política e económica que a diáspora e os seus descendentes podem aportar à política externa portuguesa. E o aumenyo da emigração registado nos últimos anos torna mais aguda ainda aquela necessidade de dotar a rede consular das condições de trabalho e dos meios necessários para que possa cumprir a sua missão.

Nos últimos 5 anos houve uma **redução de 20% no número total de funcionários** do MNE. Ora, importa assegurar um “fluxo” constante e previsível de funcionários, num contexto de crescentes desafios, como o consenso em torno da internacionalização como factor do crescimento económico, a crescente pressão junto de serviços consulares e a participação adequada da diplomacia portuguesa no Serviço Europeu de Acção Externa.

A **Carreira Diplomática** é, de entre as carreiras especiais do Estado, uma das que **aufere salários mais baixos** e, conseqüentemente, pensões de aposentação mais reduzidas (a pensão de reforma de um Embaixador é entre 17 a 29% mais baixa do que as pensões de magistrados, officas das Forças Armadas e professores universitários que também tenham atingido o topo das respectivas carreiras). À semelhança das forças de segurança, dos magistrados e dos funcionários das finanças, os diplomatas encontram-se também em **exclusividade**

de funções – sem que, porém, contrariamente àqueles, aufram o correspondente suplemento de exclusividade.

Quanto a exclusividade, importa ter presente que a Carreira Diplomática acarreta consideráveis repercussões familiares, de que se destacam a dificuldade do cônjuge do diplomata em prosseguir normalmente a sua carreira ou manter o seu emprego, com todas as consequências negativas daí resultantes, configurando uma **“dupla exclusividade”** (o salário na família é apenas um, é apenas uma a pensão de reforma,) situação esta que acresce à referida desadequação salarial.

Acresce que os **abonos recebidos** pelos diplomatas portugueses no estrangeiro foram fixados há mais de 20 anos, em USD (tendo o abono de representação sofrido um corte de 16%_em 2011) e não foram objecto de qualquer correcção para fazer face à desvalorização provocada pela inflação. Daqui resultam, actualmente, casos em que os abonos (de representação e/ou de habitação, tal como a comparticipação na educação dos filhos) não estão adequados às realidades dos Postos, face ao custo de vida ou às dificuldades locais. O que está em questão é a **dignidade da representação do Estado, a segurança e a imagem da nossa diplomacia.**

A ASDP considera, com muito séria preocupação, que a **tendência de degradação das condições profissionais** dos diplomatas se aproxima do ponto de ruptura. Urge inverter esta situação, mediante uma gestão adequada da Carreira Diplomática, a adequação dos meios humanos e materiais e das remunerações que permita responder às exigências e responsabilidades de uma profissão específica e muito exigente e assegurar a preservação da dignidade e a modernização da nossa diplomacia, a qual constitui um instrumento fulcral para suplantar os enormes desafios com que Portugal se depara.